

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG– ESTADO DO PARANÁ.**

**BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.114.885/0001-48, sediado na Rua Coronel Luís, 2231, Batel, Guarapuava/PR, por seu representante legal, que assina abaixo, vem respeitosamente à presença deste Ilmo. Pregoeiro, apresentar TEMPESTIVAMENTE,

**RAZOES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face da decisão que declarou vencedora a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA, CNPJ78.455.730/0001-74.**

**DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

De acordo com a inteligência do artigo Art. 165 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, inciso I, cumulado com o item 11 e 11.1 do Edital apresentamos as razões recursais contra a citada decisão.

In casu, a manifestação de intenção de recurso foi interposta em 24/04/2024 e aceita pelo Pregoeiro em 24/04/2024.

Logo, o prazo de 5 dias para interposição do recurso encerra em 02/05/2024, portando, tempestiva as razões apresentadas.

**DO RESUMO DOS FATOS**

Em apertada síntese, no dia 24/04/2024 foi realizada a

disputa do pregão 005/2024, onde a empresa ora recorrente encerrou a etapa de lances sendo detentora da 3ª melhor oferta.

Após classificar e habilitar a 1ª (primeira) colocada, o Ilustre Pregoeiro declarou vencedora a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA.**

Contudo, demonstraremos que tal decisão merece revisão e consequentemente a inabilitação da Recorrida, pois não cumpriu com as exigências constantes no Instrumento Convocatório, no item da **Habilitação jurídica, por dois motivos, (LIBERAÇÃO EM SEUS ALVARÁS SANITÁRIO E ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE FORNECIMENTOS DE REFEIÇÕES FORA DO SEU LOCAL ONDE ESTÁ ESTABELECIDO)** e ainda no item da **Qualificação Técnica**, o seu atestado de qualificação técnica não constar o fornecimento de refeições tipo marmitas embalada, objeto do lote que a empresa logrou vencedora. Como será demonstrado adiante.

## **DO MÉRITO**

## **DO EDITAL**

Conforme ficará demonstrado abaixo, uma análise simples do Edital bem como aos procedimentos realizados pela arrematante, após a fase de lances, demonstra que a Recorrida não cumpriu com as exigências constantes no Instrumento, o que por si só ensejaria sua desclassificação.

O item 10.6 .6 e 10.6.7 do EDITAL assim dispõe:

### **10.6. Habilitação jurídica**

10.6.6. Alvará de localização e funcionamento da empresa participante, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, com descrição da atividade compatível com o objeto licitado

10.6.7. Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível **e específico com o objeto licitado.**

Ora Senhora Pregoeira, o Edital é claro, nessa hipótese o licitante DEVERÁ ser desclassificado.

A regra de ouro para a melhor atuação das autoridades no procedimento de licitação, como não poderia ser diferente, é conduzir tais processos promovendo a ampliação da competitividade, porquanto somente assim é possível trazer efetiva economia aos cofres públicos.

Não estamos diante de uma faculdade e sim de uma obrigação.

Conforme análise dos Alvarás da empresa recorrida, a mesma não tem liberação para fornecimentos de alimentação fora do seu local, ou seja, não pode fornecer serviços de alimentação além do local que está estabelecida.

De acordo com o Alvará de vigilância sanitária, Alvará de localização e também em seu Contrato Social, constam apenas as atividades licenciadas de RESTAURANTE E SIMILARES, atividades essas, que só podem fornecer alimentos ao consumidor final, ou seja, somente podem ser comercializadas no local onde está estabelecida, nada além disso.

Isto posto, conforme se desprende do Edital, a presente licitação, tem como objeto contratação de empresa para fornecimentos de alimentação para o fornecimento de refeições embaladas e transportadas do tipo marmitex. Ou seja, o fornecimento será fora do local onde está estabelecida a empresa. De acordo com o edital, as entregas são nos perímetros da cidade de Guarapuava. **(distrito da colônia vitória, palmeirinha e guará).**

Diante disso, conforme estabelece o edital, as empresas participantes, devem comprovar que detém licenciamento perante aos órgãos de fiscalização do município, para prestar serviços de fornecimentos de alimentação além do local que se estabelece. O que não ocorre com a empresa Que foi declarada vencedora. Pois conforme pontuado acima, a mesma não tanto no seu estatuto social como em seus alvarás não consta a liberação para prestar serviços de alimentação

além do seu local onde está estabelecida.

De acordo com o contrato social da empresa, na Clausula Quarta, a mesma declara que as atividades exercidas pelas empresas são;

**CLÁUSULA QUARTA: O objeto social da sociedade é RESTAURANTE, PIZZARIA, BOLICHES (5611201); FABRICAÇÃO DE GELO COMUM (1099604); COMÉRCIO ATACADISTA DE GELO COMUM (4637199); E COMÉRCIO VAREJISTA DE GELO COMUM (4729699). Vejamos:**

milhão de reais), dividido em 1000 (mil) quotas, no valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) totalmente integralizo, ficando assim distribuído entre os sócios:

EDUARDO PAIVA DAL SANTO.....	800 quotas.....	80%.....	R\$800.000,00
ILMA PAIVA DAL SANTO.....	200 quotas.....	20%.....	R\$200.000,00
TOTAL.....	1000 quotas.....	100%.....	R\$1.000.000,00

**CLÁUSULA QUARTA:** O objeto social da sociedade é **RESTAURANTE, PIZZARIA, BOLICHES (5611201); FABRICAÇÃO DE GELO COMUM (1099604); COMÉRCIO ATACADISTA DE GELO COMUM (4637199); E COMÉRCIO VAREJISTA DE GELO COMUM (4729699).**

**CLÁUSULA QUINTA:** As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLÁUSULA SEXTA:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A administração da sociedade cabe ao sócio **EDUARDO PAIVA DAL SANTO**, com poderes e atribuições de ADMINISTRAR, o uso do nome empresarial INDIVIDUALMENTE, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao

Vejamos que as atividades declaradas no seu contrato social não são compatíveis com o tipo de serviços que administração busca nessa licitação. Ou seja, a empresa deveria ter em seu contrato social as atividades de.

✓ **Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, serviços de alimentação privativos).**

O que não ocorre com a empresa declarada vencedora, como aqui já frisado, a mesma só pode exercer as atividades de RESTAURANTE, atividades essas que mais se assemelham com o objeto da licitação, porém não preenchem os requisitos do termo de referência.

De acordo com CONCLA – IBGE, o CNAI de restaurante

destina ao atendimento ao público fechado, ou seja, consumidor final, somente vendas no local onde está estabelecida. Ainda as demais atividades não são compatíveis com objeto lícitado.

### **DA AUSÊNCIA DE ALVARÁ SANITÁRIO VÁLIDO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES OBJETO DA LICITAÇÃO.**

Atente-se ao fato de que o Alvará Sanitário apresentado pela licitante ora recorrida foi emitido para atividade diversa da do objeto do certame, fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas (o que não se confunde com restaurante, que tem a finalidade específica)

De acordo com a exigência estabelecida no edital, em relação ao ALVARÁ DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, podemos perceber que o mesmo determina que atividade seja específica com o objeto lícitado. Vejamos;

Alvará Sanitário ou alvará de licença sanitária, em vigor, expedido pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão responsável, com descrição da atividade compatível e **específico com o objeto lícitado.**

Ou seja, nesse caso a empresa deveria ter liberação para fornecer serviços além do seu local onde está estabelecida. Com atividade de **5620-1/01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas**, O que não constam no respectivo documento da empresa. Vejamos;

## LICENÇA SANITÁRIA Nº 2220/2023

VENCIMENTO: 14 / 09 / 2024

**Razão Social:** RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA  
**Nome Fantasia:** RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA  
**CNPJ:** 78.455.730/0001-74  
**Endereço:** Élio Antonio Dalla Vecchia, 838 - Cascavel - Guarapuava/PR - 85040-167

### ATIVIDADES LICENCIADAS:

**4637-1/99** - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente  
**4729-6/99** - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente  
**1099-6/04** - Fabricação de gelo comum  
**5611-2/01** - Restaurantes e similares

**LOCAL E DATA:** Guarapuava, 14 de Setembro de 2023

**Bruna Tembil Marques Batista**  
**Gestor da Vigilância Sanitária**

**Código de Autenticidade:** 135B5B0E4AA8DCA26BB14E94B59506BE  
**Endereço para Validação:** <https://www.sievisa.sesa.pr.gov.br/sievisa/validarLicenca>

Isto posto, as atividades licenciadas no Alvará de vigilância sanitário da empresa, são atividades que buscam atender somente consumidor final, e não a prestação de serviços de alimentação fora do seu estabelecimento. O que é o caso dessa licitação, que busca a contratação de empresa para fornecimento de refeições aos funcionários que exercem suas atividades no perímetro de Guarapuava. Ou seja, as refeições não são consumidas no local onde está estabelecida.

Note-se que as exigências técnicas para a expedição da licença sanitária de um Restaurante não se confundem com as exigências para fornecimento e operação de uma cozinha industrial, necessária ao preparo das refeições fornecidas.


Logo, a atividade para a qual a licitante ora recorrida foi licenciada não se confunde com a atividade objeto do certame, uma vez que, no caso concreto, não há prova de que a empresa esteja autorizada pela vigilância sanitária para o exercício da atividade de fornecimento de alimentos preparados para fornecimentos fora do seu local que está estabelecida.

Em verdade, para o preparo e fornecimento de refeições preparadas, há uma série de requisitos e procedimentos que não são observados em

uma inspeção para emissão de licença sanitária de um restaurante, (se limita à verificação das matérias primas rotuladas, apresentação de licença de fornecedores e os alvarás de funcionamento).

Nesse sentido, o entendimento da administração Pública de Guarapuava é pacificado, sendo que, em decisões recentes, como no **pregão 104/2023**, inabilitou a empresa do certame, devido a mesma não ter liberação do órgão da vigilância sanitária e do alvará de funcionamento, liberação para o fornecimento de refeições fora do local onde está estabelecida. Vejamos;

15 / 15 | 80% + | [Ícone de zoom] [Ícone de zoom]

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
Departamento de Licitações e Formalização de Contratos


Ou seja, a empresa não apresenta nem no CNPJ e nem em seu Contrato Social atividade compatível com o servimento de refeições fora do seu local, reforçando que o próprio CNAE-IBGE afirma que fica a cargo da Administração Pública a delimitação do CNAE apresentado, e o setor responsável (Departamento de Alvarás) afirma que no seu entendimento os CNAE's da empresa não atendem.

**3. DAS DELIBERAÇÕES**

Diante de todo o exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública e de conformidade com manifestação técnica do Departamento de Alvará, este Pregoeiro, pautado nos princípios da legalidade, economicidade, isonomia e impessoalidade, resolve **REVER** sua decisão, julgando **PROCEDENTE** o recurso da empresa **BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA**.

Diante do acima exposto, **CONHEÇO** das razões recursais apresentadas pela empresa **BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA** para no mérito **CONCEDER TOTAL PROVIMENTO**, conforme fundamentados acima, **REVENDO** a decisão inicial e declarar a recorrida **INABILITADA** do **LOTE 1** consequentemente devendo convocar a Licitante **BATEL OBRAS E SERVIÇOS LTDA** a apresentar proposta atualizada de preços, conforme lance ofertado no Certame para o **Lote 1**, no prazo de 24 horas após envio de notificação desta decisão.

Guarapuava, 18 de dezembro de 2023.

 **EDISON CALDAS DE OLIVEIRA**  
Agente de Contratação  
Oficial - Portaria 1051/2023  
MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA  
18/12/2023 10:04:24  
Assinatura digital avançada com certificado digital n° ICP-Brasil.

**EDISON CALDAS DE OLIVEIRA**  
Pregoeiro Oficial do Município  
Portaria n° 1051/2023

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 18/12/2023 10:04:23:03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <http://cert.br/identificacao/080430506c>  
POR EDISON CALDAS DE OLIVEIRA - CPF 055.811.871 EM 18/12/2023 10:04

Sendo assim, a empresa recorrida deverá ser desclassificada diante do descumprimento de cláusula expressa do instrumento convocatório. Pois não cumpre os requisitos estabelecidos no edital.

### **ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

De acordo que frisado no início, o atestado de qualificação

técnica apresentado pela empresa vencedora, a mesma não comprovou sua qualificação em relação ao lote 02, pois o atestado apresentado, somente se refere a refeições, e o lote 02 objeto do certame é refeições tipos marmitex embalada, sendo que o Edital é claro quando usa o termo específico, ou seja, deveria ter apresentado um atestado que já forneceu o objeto marmitex.

10.9.1. Declaração ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o(s) objeto(s) desta licitação (similar ou superior).

Como se percebe pela simples leitura dessa exigência, o atestado de capacidade técnica deve comprovar que o proponente presta ou prestou serviços compatíveis com os estipulados no edital em questão, sendo tal compatibilidade aferida mediante a verificação das características, das quantidades e dos prazos envolvidos na prestação dos serviços. Portanto, não é qualquer atestado que se presta a tal fim.

Por oportuno, é bom de ver a balizada doutrina do mestre Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 6aEd., São Paulo, 1999, ao asseverar que a expressão "qualificação técnica" tem grande amplitude de significado, e continua, é evidente ser impossível eliminar o risco de a pessoa contratada revelar-se incapaz tecnicamente de executar a prestação devida. Ao estabelecer certas exigências, a Administração busca reduzir esse risco. Configura-se uma presunção: a comprovação da qualificação técnica, na fase de habilitação, induz que o sujeito, se contratado, disporá de grande probabilidade de executar satisfatoriamente as prestações devidas. Ou, mais precisamente, a ausência dos requisitos de capacitação técnica, evidenciada na fase de habilitação, faz presumir que o interessado provavelmente não lograria cumprir satisfatoriamente as prestações necessárias à satisfação do interesse público. A fixação das exigências de qualificação técnica é muito relevante. Não se pode fazer em termos puramente teóricos ou burocráticos. A relação de encargos tem de cumprir a função que justifica sua instituição.

Nessa esteira de entendimento, é claro que a verificação quanto à qualificação técnica do licitante não pode se limitar à simples exigência e recebimento de atestados, sem que se haja efetivamente comprovada tal



qualificação.

Veja-se, sobre o tema decisão proferida no âmbito do Tribunal Regional Federal Segunda Região, *ipsis verbis*:

"TRF2 - APELAÇÃO CIVEL AC 201051010015416 RJ 2010.51.01.001541... Data de Publicação: 04/02/2011 Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. INABILITAÇÃO. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. Correta a decisão que denega a ordem quando a impetrante, inabilitada no certame licitatório, não comprova a aptidão técnica. O artigo 30 , I da Lei nº 8.666 /1993 prevê que a comprovação da capacitação técnica será compatível em "características, quantidades e prazos com o objeto da licitação". E os atestados de capacitação apresentados pela impetrante eram de serviços alheio... ."(os grifos não são do original)

Percebe-se daí que os atestados de capacidade técnica têm que ser compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Ora, como se aferir tal compatibilidade se os atestados fornecidos não fazem referência às características dos serviços prestados. a quantidade de marmitas e os prazos envolvidos nesta prestação.

Melhor detalhando a questão, tem-se que o atestado fornecido pela UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste - Campus Cedeteg, limita a informar que a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA** "presta serviços de refeições" o que indica que as refeições são fornecidas no local onde a empresa está estabelecida, ou seja, no campus do CEDETEG, para atendimento dos universitários. Desta feita, não há como afirmar que tal atestado comprova a qualificação técnica da licitante até então declarada vencedora do certame em foco, que a mesma fornece refeições do tipo marmitex, dentro do contexto de compatibilização com as exigências editalícias.

Por essas razões, tanto a norma de regência, como o edital do certame, reporta-se à necessidade de compatibilidade dos atestados fornecidos com o objeto da licitação, sendo, pois, necessária a descrição detalhada dos serviços prestados, a fim de permitir a aferição dessa compatibilidade.

Com suporte na doutrina e jurisprudência mencionadas acima, pode-se entender como desídia da Administração deixar de exigir a

comprovação técnica do licitante, nos exatos termos do edital e normas pertinentes, face ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de restar prejudicada a futura execução do objeto ora posto em licitação, em prejuízo ao interesse público do qual não se pode descurar.

No mínimo, o caso exige a realização de diligências externas por parte da contratante, para verificar se os contratos que deram origem ao atestado apresentado, ora impugnados, bem com a execução dos mesmos, mediante a verificação das notas fiscais emitidas nos respectivos períodos de suas vigências, são realmente compatíveis em características, prazos e quantitativos com o objeto do pregão em tela.

## **DOS REQUERIMENTOS**

Ante todo o exposto, requer-se o RECEBIMENTO das razões de recurso administrativo e seu regular processamento, para que no mérito, seja-lhe dado INTEGRAL PROVIMENTO, para que seja reformada a decisão que declarou vencedora a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA.**, retornando o pregão ao seu regular prosseguimento.

- ✓ Sucessivamente que seja declarada inabilitada a Recorrida por não ter comprovado no requisito habilitação jurídica, as liberações para fornecer alimentos além do seu local onde está estabelecida, e não constar no contrato social as atividades **Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê, serviços de alimentação privativos).**
- ✓ **Sucessivamente que seja declarada inabilitada a Recorrida por não apresentar atestado de qualificação técnica, condizente com objeto do lote 02, referente a comprovação de fornecimento de marmitex, objeto do certame.**

Não sobrevindo este entendimento, requer-se o encaminhamento para a Autoridade Superior competente, para que aprecie seu

mérito, sendo está a única forma de se alcançar a tão almejada Justiça!!!

Em caso de não provimento do recurso que o processo seja remetido ao MP/PR para análise e confirmação do favorecimento e da quebra da isonomia do processo licitatório.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Guarapuava/PR, 25 de abril de 2024.

MOISÉS RIBEIRO

Representante legal